

Questionário sobre a aplicação da Declaração e Plataforma de Ação de Beijing e o documento final do vigésimo terceiro período extraordinário de sessões da Assembleia Geral (2000) para a preparação das avaliações e exames regionais que terão lugar em 2010 para a comemoração de Beijing + 15

BRASIL

Brasília, abril de 2009

Primeira parte: Panorama geral dos avanços alcançados e os problemas encontrados na promoção da igualdade de gênero e o empoderamento da mulher.

Inicialmente, gostaríamos de registrar que, em outubro de 2006, período coberto por este relatório, ocorreram eleições gerais no país e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi reeleito para um novo mandato de quatro anos. Com isso, as políticas econômicas e sociais que vinham sendo desenvolvidas puderam ser aprofundadas e generalizadas, ou redirecionadas, conforme a necessidade. Ao discursar na cerimônia de posse no Congresso Nacional, no dia 1º de janeiro de 2007, o Presidente destacou a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e as conquistas alcançadas pelas políticas de gênero durante seu primeiro mandato e afirmou: “Ampliamos políticas públicas nesta direção e criamos instituições de Estado fortes e capazes de garantir que este país combaterá, de maneira decidida e permanente, todas as formas de discriminação de gênero, raça, orientação sexual e faixa etária”.

Neste momento de crise internacional, são as mulheres as primeiras a sentir seus efeitos, seja no emprego, seja no supermercado e nas feiras, seja na redução dos investimentos sociais. No Brasil, as medidas que vem sendo tomadas visam justamente minorar o impacto da crise mundial sobre as mulheres e a sociedade em geral.

No período compreendido por este relatório, registrou-se uma melhoria significativa nas condições de vida da população brasileira. O Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, de 2007, indicou melhorias nos indicadores macroeconômicos e sociais. A pobreza e a miséria mantiveram a tendência de queda e houve uma razoável redução na ainda elevada desigualdade entre ricos e pobres. A criação de programas robustos voltados às populações mais vulneráveis e de órgãos como as Secretarias Especiais de Políticas para as Mulheres, de Promoção da Igualdade Racial e Direitos Humanos é representativa do compromisso do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, desde o seu primeiro mandato em 2003 e novamente em 2006, com as políticas sociais e as políticas de promoção da igualdade e combate à discriminação. Estas políticas, por sua vez, contemplam o compromisso firmado no plano internacional com as Metas do Milênio. Vale ressaltar que, o país caminha para atingir, em 2015, todas as metas propostas pela ONU, sendo que algumas delas já foram alcançadas.

Em relação às políticas mais gerais implementadas pelo Brasil no período, vale a pena destacar o lançamento, em março de 2007, do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, um conjunto de 50 medidas envolvendo investimentos da ordem de R\$ 503 bilhões na infra-estrutura do país, nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos, até o ano de 2010. Sem comprometer a estabilidade econômica conquistada, as medidas buscam acelerar o crescimento do país para gerar mais emprego e renda e reduzir as desigualdades regionais. O Programa inclui também o estímulo ao crédito e ao financiamento, a desoneração de impostos e o aperfeiçoamento da legislação, entre outras medidas fiscais.

Na área da educação, em abril de 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). A prioridade do PDE é uma educação básica de qualidade, com o entendimento de que investir na educação básica significa investir na educação profissional e na educação superior, porque elas estão ligadas direta ou indiretamente. Significa também envolver todos, pais, alunos, professores e gestores, em iniciativas que busquem o sucesso e a permanência do aluno na escola. Ainda na área de educação, o Presidente da República sancionou, em junho, a Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). O novo Fundo atende toda a educação básica, da creche ao ensino médio.

Em julho de 2007, foi aprovado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronas), que vem investindo R\$ 4,8 bilhões

na integração de políticas de segurança pública com ações sociais nas 11 regiões mais violentas do país. O Pronasci tem como eixo principal a integração de ações de segurança pública e políticas sociais para o enfrentamento da criminalidade e seu objetivo é enfrentar as causas sociais e culturais do crime, por meio de ações de prevenção, controle e repressão da violência.

Vale ainda destacar um importante avanço, resultado de gestões da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: a incorporação da transversalidade de gênero e raça na orientação estratégica de governo para o Plano Plurianual 2008-2011. Para o período assinalado, a Orientação Estratégica de Governo explicita, já na sua introdução, a necessidade do enfrentamento das desigualdades de gênero e raça, afirmando que “É necessário traduzir essas orientações em iniciativas práticas e dar convergência à ação do setor público, por meio de uma estratégia de desenvolvimento com crescimento associado à redução das desigualdades sociais e regionais, à promoção da igualdade de gênero, raça e etnia e à manutenção sustentada da estabilidade fiscal e de preços”. Entre os 10 objetivos de governo, o quarto é “Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia, e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos”.

Entre os principais avanços alcançados no período deste relatório, na promoção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, merecem destaque:

A realização de duas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres. A I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em julho de 2004, sob a Coordenação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, constituiu um marco histórico para na construção de políticas para as mulheres brasileiras. Em agosto de 2007, a realização da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres aprofundou o processo de diálogo do governo com a sociedade brasileira, consolidando a construção democrática das políticas para as mulheres. Vale destacar que as duas Conferências Nacionais envolveram diretamente, em conferências municipais e estaduais, mais de 300 mil mulheres brasileiras, que definiram, em conjunto com o governo, os princípios e diretrizes da Política Nacional para as Mulheres.

A elaboração de dois Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres. Em relação às políticas para as mulheres, entre os grandes avanços a assinalar no período está o lançamento do I e do II Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, elaborados a partir do processo democrático de realização das Conferências Nacionais. O II PNPM ampliou de maneira significativa o escopo do I PNPM passando a contar com 11 eixos estratégicos: autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho; educação inclusiva e não-discriminatória; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; desenvolvimento rural e sustentável no meio rural, na cidade e na floresta; direito à terra, moradia digna e infra-estrutura social; meio-ambiente; cultura, comunicação e mídia; enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; enfrentamento das desigualdades geracionais; e gestão e monitoramento do Plano. O II PNPM – que foi elaborado com base nas demandas da II CNPM, diretrizes do Plano Plurianual 2008-2011 e Agenda Social, além de balizado pelas observações do Comitê Cedaw – estabelece as diretrizes, prioridades e metas a serem cumpridas pelos governos municipais, estaduais e federal na implementação das políticas para as mulheres.

A promulgação da lei de enfrentamento à violência doméstica e familiar. Importantes legislações no âmbito da promoção e defesa dos direitos das mulheres foram aprovadas no período desse relatório. Como maior destaque ressalte-se a aprovação da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), que criou mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Vale assinalar que o Relatório Global do Unifem, recentemente

lançado, classificou a Lei Maria da Penha como uma das três legislações mais avançadas para enfrentamento da violência contra as mulheres no mundo.

O lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres. Uma iniciativa do governo federal voltada para o desenvolvimento de um conjunto de ações, nos próximos quatro anos, em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, que visa o enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres, com atenção especial às mulheres negras, indígenas e àquelas que vivem no campo e nas florestas.

O Pacto envolve um conjunto de 11 ministérios e secretarias especiais, além de empresas públicas, Poder Judiciário, Ministério Público e organizações não governamentais e tem como objetivos: reduzir os índices de violência contra as mulheres; promover uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos; garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência, com atenção especial às mulheres negras, indígenas e àquelas que vivem no campo e nas florestas.

Para atingir seus objetivos, as ações do Pacto foram estruturadas em quatro grandes áreas: consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, incluindo a implementação da Lei Maria da Penha; promoção dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e enfrentamento à feminização da Aids e outras DSTs; combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; e promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão.

A decisão do Presidente da República de transformar a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres em Ministério. Durante as comemorações do Dia Internacional da Mulher de 2009, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou que transformará a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em Ministério. Segundo Lula, o status de ministério garante liberdade orçamentária que gera impacto direto na elaboração e execução de políticas públicas. “A Secretaria cumpriu um papel extraordinário, mas ainda há muito a conquistar e ser feito. Valeu a pena ter criado a Secretaria. Quando eu deixar a Presidência daqui dois anos, terei a honra de dizer que no meu governo as mulheres subiram um degrau”, afirmou.

Entre os principais problemas encontrados no período para a promoção da igualdade de gênero e empoderamento da mulher podemos destacar: a dificuldade ainda existente em vários órgãos do governo federal em compreender a importância estratégica do enfrentamento das desigualdades de gênero e raça para o aprofundamento e consolidação da democracia; a necessidade de uma metodologia mais aprimorada para a elaboração do orçamento federal com o recorte de gênero; a ainda baixa ocupação, pelas mulheres brasileiras, de cargos de poder e decisão; e a recorrente violência contra mulheres e meninas.

Vários dos temas abordados de maneira resumida nesse relatório podem ser vistos acessados em maior nível de detalhamento em outros documentos já produzidos pelo Governo brasileiro, a exemplo dos Relatórios das Metas do Milênio¹, o VI Relatório Nacional Brasileiro ao Comitê CEDAW² e o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres³.

Segunda parte – Avanços e Desafios das Políticas de Promoção da Equidade de Gênero

A Mulher e a Pobreza

Uma das áreas de preocupação da Plataforma de Beijing, a sobre-representação das mulheres entre os pobres, associa-se a múltiplas dimensões sociais, ou seja, às esferas do trabalho, educação, habitação, previdência social, entre outras. Embora essa área articule praticamente todas as demais políticas públicas, é necessário se estabelecer também políticas

¹ <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/download/TerceiroRelatorioNacionalODM.pdf>

² <http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/cedaw39/introstatements/Brazil.pdf>

³ http://200.130.7.5/spmu/docs/Livro_II_PNPM_completo08.10.08.pdf

especificamente voltadas para o combate à pobreza. Uma das principais medidas do governo brasileiro para erradicar a pobreza é o Programa Bolsa Família. Este programa de transferência direta de renda, considerado o maior do mundo, supõe algumas condicionalidades. As exigências estabelecidas são o exame pré-natal, o acompanhamento nutricional e de saúde e a frequência escolar das crianças e adolescentes em estabelecimento de ensino regular. O Bolsa Família beneficia famílias pobres, a maioria – 69% – composta por pretos(as) e pardos(as), atingindo atualmente mais de onze milhões de famílias, isto é, mais de 40 milhões de pessoas.

As famílias pobres são identificadas a partir da inclusão no Cadastro Único e são classificadas como pobres ou extremamente pobres. Esta classificação é considerada para definição do valor da transferência. O benefício concedido é entregue à família através das mulheres em 94% das transferências. Existe um “consenso” tanto por parte dos(as) beneficiados(as) como de gestores(as) em relação à titularidade preferencial às mulheres, consideradas as pessoas que “melhor conhecem as necessidades da família” e que “tendem a gastar com a alimentação e com os filhos”. Outro dado importante é que 48,8% das mulheres afirmam que, após o recebimento do benefício, se sentem mais independentes financeiramente e 39,2% percebem ter aumentado seu poder de decisão em relação ao dinheiro da família⁴. A pesquisa “O Programa Bolsa Família e o Enfrentamento das Desigualdades de Gênero”⁵, desenvolvida em 10 municípios brasileiros com metodologia qualitativa, reiterou esses dados e apontou como principais impactos do Programa na condição social das mulheres três fatores: a visibilidade das beneficiárias como consumidoras; a afirmação da sua autoridade no espaço doméstico, decorrente da capacidade de compra suscitada pelo benefício e a mudança na percepção das beneficiárias sobre si próprias como cidadãs, o que se tornou possível especialmente, após obtenção de documentos como certidão de nascimento e carteira de identidade.

O resultado de implementação do Bolsa Família e das demais políticas, relativamente à melhoria das condições econômicas, tem sido destacado. A pobreza caiu de 38,2% da população em 2002 para 28% em 2007. O declínio recente da pobreza extrema foi três vezes mais rápido do que o necessário para atingir a primeira Meta do Desenvolvimento do Milênio segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2007, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Vale ressaltar que uma política de aumentos reais do salário mínimo se refletiu no valor dos benefícios do Bolsa Família e também nos benefícios previdenciários e do Benefício de Prestação Continuada – programa de transferência de renda voltado a deficientes e idosos pobres – o que também contribuiu decisivamente para a queda da pobreza e da desigualdade.

Educação e capacitação da mulher

As mulheres têm tido uma presença crescente em todos os níveis de ensino no Brasil. A partir do ensino médio elas são maioria, dominam a graduação e detêm o maior número de bolsas de mestrado e doutorado no país. A mudança na escolaridade feminina atinge mulheres mais jovens e a exclusão educacional de alguns grupos merece destaque. Um deles é o das mulheres pobres e mais velhas. Entre pessoas de até 39 anos as mulheres são proporcionalmente mais alfabetizadas que os homens, mas à medida que a idade avança, o

4 Segundo fonte “Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas. Documento Síntese”, de Junho de 2008, realizado pelo Instituto Ibase.

5 Segundo Mireya Suarez e Marlene Libardone coordenadoras da pesquisa “O Programa Bolsa Família e o Enfrentamento das Desigualdades de Gênero” publicada nos Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. Síntese das Pesquisas de Avaliação de Programas Sociais do MDS, de 2007.

quadro se inverte. Entre aquelas com 45 anos ou mais, a proporção de mulheres analfabetas aumenta progressivamente com a idade. Tal desigualdade precisa ser considerada no campo das políticas educacionais, posto que a educação é um direito humano substantivo e, como tal, precisa ser garantido universalmente. Diante desse quadro, o Programa Brasil Alfabetizado, do Ministério da Educação e Cultura, vem atendendo majoritariamente mulheres (57%) entre os(as) alfabetizando(as), desde 2005. Destas, a maioria é de mulheres com idades acima de 45 anos. Como resultado, entre 2003 e 2007, a taxa de analfabetismo de mulheres com 45 anos ou mais se reduziu em 17,3%, decréscimo importante e superior ao verificado para a população masculina na mesma faixa etária.

Além da questão da alfabetização e do acesso ao sistema educacional, ações relevantes no interior das instituições de ensino devem ser desenvolvidas, considerando que os(as) profissionais de ensino são potencialmente agentes formadores e transformadores de mentalidades. O preconceito de gênero, por exemplo, que gera discriminação e violência contra as mulheres, se expressa no ambiente educacional de várias maneiras mediante conteúdos discriminatórios e imagens estereotipadas da mulher reproduzidos em materiais didáticos e paradidáticos e atitudes preconceituosas de professoras(es) ou orientadoras(es) educacionais.

Com o objetivo de contribuir para a superação dos estereótipos de gênero associados aos de raça e de orientação sexual, foi lançado, em 2005, o Programa Gênero e Diversidade na Escola. Esta proposta de curso, na modalidade de ensino a distância, passou a integrar, em maio de 2008, a Rede de Educação para a Diversidade no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB). O programa é uma parceria da SPM com o Ministério da Educação, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), o Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (CLAM/UFRJ) e o Conselho Britânico e consiste na capacitação de professores (as) e gestores(as) das escolas públicas para lidar com a diversidade nas salas de aula e superar atitudes e comportamentos preconceituosos em relação a gênero, relações étnico-raciais e a orientação sexual. O programa contou este ano com a adesão de 20 Universidades públicas e irá capacitar, em 2009, 15.000 educadores (as) e gestores(as) da rede pública de ensino.

Soma-se a esse esforço de reversão de estereótipos de gênero na área educacional, o Programa Mulher e Ciência, também desenvolvido a partir de 2005, numa parceria entre a SPM, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Ministério da Educação e o UNIFEM, com o objetivo de estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero no país e de promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas. O Programa abrange: i) o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, um concurso de redações e artigos científicos, voltados para estudantes do ensino médio, ensino superior e graduados que já na sua 4^a edição alcançou um público de cerca de 5.000 estudantes; ii) o edital de pesquisas na área dos estudos de gênero, mulheres e feminismos, que na sua primeira edição, em 2006, recebeu um aporte financeiro de R\$ 1,2 milhão, que foi ampliado, em sua segunda edição, em 2008, para R\$ 5 milhões, contando com a nova parceria do Ministério do Desenvolvimento Agrário; e iii) o Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências, que terá a sua segunda edição agora em 2009.

O Programa Mulher e Ciência começa a se enraizar através de iniciativas dos organismos estaduais de políticas para as mulheres e de Fundações de Apoio à Pesquisa Estaduais (FAPs), a exemplo dos prêmios estaduais de Pernambuco (Prêmio Naide Teodósio), Maranhão (Prêmio Professora Ieda Cutrim Batista) e Sergipe (Prêmio Mulher e Igualdade de Gênero), bem como do edital de fomento a pesquisas no campo de estudos de gênero lançado em Goiás. A ampliação da produção científica no campo dos estudos de gênero tem se dado também com o apoio do governo federal na criação e fortalecimento dos núcleos e grupos de

pesquisa do campo de estudos de gênero das universidades. Em 2008, foi lançado o Programa Mulheres em Ciências de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica, parceria entre a Capes e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e publicado um edital de apoio a 20 bolsas de Mestrado para pesquisas sobre o Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, para o qual se inscreveram 38 estudantes de 17 estados do Brasil. O Programa tem por objetivo estimular a criação, o fortalecimento e a ampliação de áreas de concentração e linhas de pesquisa em programas de pós-graduação *stricto sensu* dirigidas aos estudos feministas e de gênero.

A mulher e a saúde

As políticas na área da saúde da mulher são desenvolvidas em estreita articulação com o Ministério da Saúde. No período desse relatório, um dos marcos foi a incorporação da perspectiva da diferença e das demandas particulares das mulheres de diversos pertencimentos ou situações sociais. Esta é visível em ações direcionadas para diversos segmentos, quais sejam, mulheres indígenas, negras, lésbicas e bissexuais, adolescentes, jovens e idosas que são consideradas em contextos diversos como em situação de prisão, residentes no campo, em situação de violência e portadoras de HIV/Aids, entre outras.

As estatísticas mostram que o índice de mortalidade materna caiu 12,7% entre 1997 e 2005. Mas sabemos que o país ainda enfrenta alguma subnotificação da mortalidade materna e precisa identificar melhor a causa de mortes entre mulheres. Exatamente por isso, o número de Comitês de Mortalidade Materna, que fazem essa identificação, aumentou 92% entre 2001 e 2005. A ampliação do Programa Saúde da Família (PSF) e o incentivo aos municípios para a expansão da assistência ao pré-natal têm elevado o número de gestantes que procuram atendimento especializado. Em 1995, a média verificada era de 1,2 consultas de pré-natal para cada parto realizado no SUS, enquanto, em 2005, este número já era de 5,4 consultas de pré-natal para cada parto⁶.

Tendo em vista o enorme desafio de diminuição da mortalidade materna no país, o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna, lançado em 2004, numa articulação entre o Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, Conselho Nacional de Secretários de Saúde - Conass, Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde - Conasems, a SPM, Seppir e a Secretaria Especial de Direitos Humanos, entre outras instituições governamentais e da sociedade civil. O Pacto foi encampado pelos 27 estados da República Federativa do Brasil e tem sido reconhecido como uma estratégia inovadora de mobilização social para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Destaca-se a ação dos quase mil Comitês de Morte Materna em atividade no país, nos âmbitos nacional, regional, estadual e municipal, com a função de congregar instituições governamentais e da sociedade civil organizada cuja área de atuação é a saúde da mulher. O Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade materna contribuiu para que, no período de 2003 a 2006, tenham sido evitadas 232 mortes maternas e 5.920 mortes neonatais. A expectativa é de diminuição de 15% da taxa de mortalidade materna no país até 2011.

Outra iniciativa que se destacou foi Política Nacional de Planejamento Familiar, uma parceria do MS com a SPM. A Política Nacional de Planejamento Familiar, lançada em 2007, promoveu, entre outras ações, a inclusão da vasectomia na Política Nacional de Cirurgias Eletivas e a inclusão dos anticoncepcionais em farmácias e drogarias credenciadas no Programa Farmácia Popular do Brasil, com preços até 90% mais baixos. Vale ressaltar que, em 2002, o Ministério da Saúde investiu R\$ 7 milhões na compra de métodos anticoncepcionais; em 2005, foram gastos R\$ 27 milhões e, em 2006, foram disponibilizados

⁶ Dado disponível no Relatório de Gestão 2003-2006: Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, Ministério da Saúde, 2007.

R\$ 40 milhões⁷. No ano de 2008, haviam sido adquiridos para distribuição um bilhão de preservativos⁸. Também se ampliou a divulgação de informação sobre esses métodos por meio de uma campanha com veiculação contínua por um ano e distribuição de material educativo com todos os métodos anticonceptivos. Essa política também garante às mulheres mais acesso à laqueadura nos hospitais públicos. No ano de 2002, havia 268 instituições habilitadas no SUS para a realização da laqueadura tubária e, em 2006, 1.564 serviços estavam credenciados.

Ainda no campo da saúde, destacamos o lançamento, em 2007, do Plano Integrado de Enfrentamento à Feminização da HIV/Aids e outras DSTs, uma parceria entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o Ministério da Saúde, por meio do Programa Nacional de DST e Aids e da Área Técnica de Saúde da Mulher. Para a sua execução, o Plano conta com o apoio do Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e do Unifem. Resultado de uma articulação intersetorial, o Plano tem como elemento fundamental o enfrentamento das múltiplas vulnerabilidades que contribuem para que as mulheres brasileiras sejam mais suscetíveis à infecção pelo vírus HIV e a outras enfermidades sexualmente transmissíveis. O Plano visa a orientar a implantação e a implementação de ações nos níveis federal, dos estados e municipais. Seu objetivo central é a promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva, a partir do desenvolvimento de ações intersetoriais com capacidade para acelerar o acesso aos insumos de prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento das enfermidades sexualmente transmissíveis e da Aids, para as mulheres das diferentes regiões de nosso país.

Vale destacar também o lançamento do Plano de Ação para o Controle do Câncer de Mama e do Colo do Útero no Brasil 2005-2007, que foi pactuado com todos os estados brasileiros. A articulação de ações dirigidas ao câncer de mama e do colo do útero está fundamentada na Política Nacional de Atenção Oncológica (Portaria GM nº 2439 de 08 de dezembro de 2005). No período de 2003 a 2008, observou-se no Sistema Único de Saúde (SUS) um aumento no número de mamografias, de biópsias de mama e de exames citopatológicos, bem como uma redução do tratamento cirúrgico mais radical e mutilador. No escopo da Política Nacional de Direitos Sexuais e Reprodutivos, lançada em 2005, e na intenção de apoiar a pesquisa e a reflexão sobre o tema do aborto, durante o ano de 2008, cabe destacar a participação do Grupo de Estudos sobre Aborto (GEA), composto pelo governo federal, e organizações médicas, jurídicas e feministas da sociedade civil, nas audiências públicas realizadas pelo Supremo Tribunal Federal sobre a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) para a Antecipação Terapêutica do Parto para Fetos Anencéfalos. Além disso, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher participou de duas outras audiências. Em 2009, este grupo deverá se transformar em um grupo de pesquisa do CNPq. Ainda nesse campo, é importante destacar que a SPM e o MS têm se posicionados favoráveis à ampliação dos permissivos legais para a realização da interrupção da gravidez nos casos de anencefalia.

Por fim, em agosto de 2008, foi aprovada a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF) no Conselho Nacional de Saúde. Esta Política expressa o compromisso do Sistema Único de Saúde com a saúde dos povos e comunidades que vivem e trabalham no campo, na floresta, nos ambientes aquáticos, na agropecuária e no extrativismo. Para 2009, o Grupo da Terra, que elaborou a Política, irá elaborar e aprovar o seu Plano Operativo.

⁷ Dado disponível no Relatório de Gestão 2003-2006: Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, Ministério da Saúde, 2007. Também foi consultado o Painel de Indicadores do SUS no4. Temático Saúde da Família. Ministério da Saúde, 2008.

⁸ Destaques. Ações e Programas do Governo Federal. Secretaria de Comunicação Social. Dezembro de 2008.

A violência contra a mulher

No Brasil, de 1985 a 2002, apesar dos avanços em vários campos, como a criação das delegacias especializadas e de serviços de atendimento às mulheres, a visão do fenômeno da violência, do ponto de vista da política pública, ainda era fragmentada. A elaboração e a implementação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a partir de 2003, incorporou ações destinadas à prevenção, à assistência e à garantia dos direitos da mulher em diferentes campos. Articular ações capazes de responder à demanda de atendimento das mulheres implica, além de ações de prevenção e mudanças no âmbito legal e no poder judiciário, a existência de serviços de atenção direta – delegacias especializadas, assistência social, psicológica e jurídica, saúde e segurança –, formando uma rede de atenção especializada que possa ser acessada pelas mulheres.

A Lei Maria da Penha, de 07 de agosto de 2006, efetivou-se como um importante instrumento jurídico de criminalização da violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. É fundamentada em documentos internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil e dispõe, entre outras questões, sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e sobre as medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. (Art. 1º). Após dois anos de sua implementação, a Lei tem aprovação de 83% da população brasileira 68% dos homens e mulheres do país declararam conhecer ou perceber a eficácia da Lei Maria da Penha⁹.

Em agosto de 2007, o governo federal lançou o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, na abertura da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Parte da Agenda Social, o Pacto reúne ações a serem executadas no período 2008-2011, com recursos da ordem de R\$ 1 bilhão e com atenção especial às mulheres rurais, negras e indígenas, em função das especificidades de cada grupo, da discriminação a que estão submetidas e em virtude de sua maior vulnerabilidade social. Ao todo, 11 ministérios e secretarias especiais, além de empresas públicas, Poder Judiciário, Ministério Público, organismos internacionais, organizações não-governamentais, estados e municípios são parceiros no desenvolvimento do Pacto, que tem por objetivo enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres, por meio da prevenção, atenção, proteção e garantia dos direitos daquelas em situação de violência e da promoção de uma mudança cultural que dissemine atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito à diversidade e à paz.

O Pacto se insere na Agenda Social do governo que está disposta, por sua vez, como uma das quatro prioridades para a gestão 2008-2011, juntamente com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).

Em seus quatro eixos estratégicos de ação¹⁰, são desenvolvidas as ações como: i) construção/reforma/reaparelhamento de Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Casas Abrigo, Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Defensorias Públicas da Mulher; ii) capacitação de profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência; iii) apoio a iniciativas de prevenção à violência contra as mulheres e de fortalecimento dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão; iv) ampliação e consolidação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; v) promoção e realização de campanhas de prevenção e combate à violência contra as mulheres; vi) implantação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; vii) formação de profissionais da educação em conteúdos não discriminatórios.

⁹ Com base nos principais resultados da Pesquisa Ibope, realizada em 2008, pela organização não-governamental Themis, com o apoio da SPM.

¹⁰ Tal como já mencionado na parte 1 deste Relatório.

São inegáveis os avanços provocados pela política articulada de enfrentamento à violência contra a mulher, desde 2003, e pelo novo marco legal, a Lei Maria da Penha, de 2006. Algumas ações de maior impacto merecem destaque pelos resultados alcançados. Primeiramente, cabe mencionar a ampliação dos serviços especializados de atendimento à mulher. Há no país, atualmente, 418 Delegacias ou Postos Especializados de Atendimento à Mulher; 131 Centros de Referência de Atendimento à Mulher; 68 Casas Abrigo, 14 Defensorias Públicas da Mulher; a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, a Ouvidoria da SPM, além de novos serviços como os 63 Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Varas Criminais adaptadas, criados a partir da Lei Maria da Penha. Em comparação a 2003, houve um aumento de quase 25% no número de Delegacias Especializadas, de 50% no número de casas-abrigo existentes e de pouco mais de 200% no número de centros de referência.

A Central de Atendimento à Mulher, serviço ofertado pelo governo federal desde novembro de 2005, realizou cerca de 270 mil atendimentos a mulheres de todo o país ao longo de 2008, o que representa um aumento de 32% em relação a 2007. Destes atendimentos, 37,8% referiam-se ao encaminhamento a serviços da rede. A prestação de informações e orientações sobre violência doméstica e familiar, e direitos das mulheres, respondeu por 52,1% dos atendimentos realizados. Cerca de 9% foram relatos de violência e os 1% restantes dizem respeito a registros de reclamações sobre serviços da rede, elogios ou sugestões. A maior parte dos relatos de violência recebidos na Central relatam situações de agressões diárias (64,9%) e semanais (16,1%) e se referem a denúncias de violência física (57,4%). Os agressores são, em sua maioria, os próprios companheiros das vítimas (63,2%). A Central de Atendimento, por ser um serviço nacional e gratuito, representa uma importante porta de entrada na rede de atendimento para as mulheres em situação de violência, além de fornecer informações importantes para subsidiar as políticas públicas de enfrentamento da violência contra as mulheres.

Entre os anos de 2004 e 2007, com a ampliação do conceito de enfrentamento e o início da implementação dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em situação de Violência, a execução orçamentária alcançou a média anual de R\$ 13,3 milhões por ano, no do PPA vigente. Ao analisar os gastos da política levando-se em conta o lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a média anual de recursos alocados saltou para 32,5 milhões por ano no PPA 2008-2011, o que representou um aumento de 144%.

Nesse campo destaca-se, ainda, o lançamento, em 2008, da Campanha Nacional “Homens unidos pelo fim da violência contra as mulheres”, por meio da qual são coletadas assinaturas de homens, que, ao aderirem à campanha, se comprometem publicamente a contribuir pela implementação integral da Lei Maria da Penha (11.340/06) e pela efetivação de políticas públicas que visam o fim da violência contra as mulheres. As assinaturas serão coletadas até 7 de agosto de 2009, data na qual serão comemorados 3 anos de promulgação da Lei Maria da Penha, sendo que já foram registradas no site cerca de 40 mil no período de outubro a dezembro de 2008.

Outra importante campanha, lançada em 2008, foi a Campanha Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, formulada no âmbito do Fórum Nacional de Elaboração de Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, criado em 2007, para atender às reivindicações da Marcha das Margaridas. Com o slogan “Mulheres donas da própria vida – Viver sem violência é um direito das mulheres do campo e da floresta”, seu objetivo é informar e prevenir todas as mulheres do campo e da floresta sobre a violência doméstica e familiar. Com foco nas trabalhadoras rurais, quebradeiras de coco, negras rurais e quilombolas, mulheres da Amazônia, seringueiras e camponesas, a campanha consiste na realização de oficinas

culturais, atividades nas escolas, elaboração de programas de rádios e radionovelas e ações educativas com o objetivo de estabelecer, entre a comunidade e as mulheres que vivem no campo e na floresta, uma rede de solidariedade pelo fim da violência contra as mulheres. Dentre as ações previstas, está a campanha “Mulheres donas da própria vida – Viver sem violência é um direito das mulheres do campo e da floresta”, que é um projeto de educação popular para a não violência.

A mulher e a economia

É no espaço social do trabalho, onde as discriminações e as desigualdades se tornam ainda mais evidentes. Às desigualdades sociais somam-se às desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. As mulheres também aumentaram suas taxas de inserção no mercado de trabalho. Os dados divulgados pelo IBGE, no âmbito da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, mostram que a taxa de atividade das mulheres de 10 anos ou mais de idade aumentou de 50,7%, em 2003, para 52,4%, em 2007, o que corresponde a um incremento de 3,3% um aumento de mais de 5 milhões de mulheres à disposição do mercado de trabalho (ocupadas ou à procura de emprego). No entanto, os indicadores mostram que, apesar dos avanços, ainda podem ser encontradas diversas e profundas desigualdades de gênero no campo do trabalho, seja em relação às taxas de desemprego (sempre muito maiores para mulheres), seja ao rendimento recebido.

As ações voltadas para combater as desigualdades e discriminações de gênero no mercado de trabalho vêm sendo desenvolvidas por meio de vários programas, entre eles o Programa Pró-Equidade de Gênero, lançado em 2005, com o objetivo principal de promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em organizações públicas e privadas por meio do desenvolvimento de novas concepções e práticas da gestão de pessoas e da cultura organizacional. Estas inovações são reconhecidas por meio de certificação (selo pró-equidade de gênero). A premiação das empresas é o coroamento do processo que se inicia após a adesão voluntária da organização. A primeira edição do Programa outorgou o Selo a 11 empresas do setor público. Na segunda edição do Programa, se inscreveram 50 organizações entre empresas privadas e instituições públicas, das quais 36 apresentaram e acordaram o seu Plano de Ação a ser implementado no âmbito da organização, e 23, em março de 2009, receberam o selo, por terem cumprido, no mínimo, 70% das ações planejadas. O Selo tem vigência de 12 meses e é um instrumento que evidencia o compromisso da organização com a equidade de gênero em toda a sua comunicação institucional. A permanência no programa acontece mediante nova adesão.

No campo do trabalho, cabe destacar também o lançamento de dois novos programas, em 2008. O Programa Trabalho, Artesanato, Turismo e Autonomia das Mulheres, que tem por finalidade fortalecer as políticas públicas de incentivo ao turismo local, por meio da formulação de estratégias para o setor produtivo artesanal, que garantam a autonomia e o papel protagonista de mulheres artesãs, na perspectiva da igualdade de gênero e da identidade cultural regional. O estado de Tocantins é o primeiro a receber o programa e tem como meta o atendimento de 4.500 mulheres em 13 municípios no período de 2008 a 2010. Em 2009, está prevista a implementação do programa em mais 5 estados, dentre os quais Pará e Rio de Janeiro.

Já o Programa Trabalho e Empreendedorismo das Mulheres, foi lançado em 2007 com o objetivo de estimular o empreendedorismo feminino, apoiando as mulheres na criação e desenvolvimento de seus próprios negócios. Atualmente, o programa já atendeu a 1.800

mulheres no estado do Rio de Janeiro, e tem a previsão de atender mais 1.800 nos estados de Santa Catarina e Distrito Federal, totalizando 3.600 mulheres beneficiadas até 2009.

Em 2003, com o objetivo de possibilitar o acesso das mulheres rurais ao crédito, foi criada a linha Pronaf-Mulher. As operações de crédito para mulheres do Pronaf na safra 2003-2004 representaram significativo aumento, 227.700 contratos em comparação a 94.670 dos anos anteriores. Já entre os anos de 2005-2006, houve a concessão de crédito a 487.924 mulheres trabalhadoras rurais, superando a meta de 400 mil, estabelecida no I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Assim, se a concessão de créditos para as mulheres só correspondia a 10,41% dos contratos em 2001, passou a 25,58% em 2006. Para atingir este resultado, o MDA atuou a partir de quatro frentes de trabalho: i) alteração nos procedimentos de execução que impediam o maior acesso por parte das mulheres, especialmente na Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP); ii) implementação de política de crédito especial para as mulheres; iii) realização de Termo de Cooperação entre o MDA, a SPM e os bancos e cooperativas que operam o crédito com vistas à ampliação do crédito para as mulheres e; iv) amplo trabalho de capacitação das mulheres sobre a política de crédito do MDA.

Outro fator que também viabilizou esse acesso foi, sem dúvida, a emissão de 560 mil documentos emitidos no âmbito do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, entre 2004 e 2007 que, além de disponibilizar a emissão gratuita dos documentos, promoveu ações de conscientização sobre a necessidade e a utilidade da documentação civil e trabalhista, orientação para acesso a políticas públicas para as mulheres na reforma agrária, na agricultura familiar e na previdência social.

Ainda no que diz respeito às mulheres rurais, o compromisso assumido de emitir 400 mil títulos conjuntos de terra, no caso de lotes pertencentes a casais, a todas as famílias beneficiadas pela reforma agrária, entre 2004 e 2007, no I PNPM, também foi superado, pois foram atendidas no Projeto de Assentamento 415.653 mulheres. A inclusão das mulheres como beneficiárias está garantida por meio de dois normativos internos do INCRA: a Portaria nº981/2003 que define que a titulação conjunta da terra para lotes de assentamentos constituídos por um casal passa a ser obrigatória em situações de casamento e de união estável. Prevê, ainda, que se a terra estiver em processo de titulação e houver uma separação, em respeito ao código civil, a terra ficará com a mulher, desde que ela tenha a guarda dos filhos. Na mesma direção, a Instrução Normativa nº 38, publicada pelo Incra em março de 2007, alterou os procedimentos e instrumentos de inscrição de candidatas/as na Implantação de Projetos de Reforma Agrária, no Cadastro das Famílias nas áreas de Regularização Fundiária e de Titulação, no Certificado de Cadastro de Imóvel Rural e no Sistema de Processamento de Informações da Reforma Agrária (SIPRA), incluindo a mulher e o homem, independente de estado civil, em caráter obrigatório.

Os dados do SIPRA, relativos ao período de 2003/2007, já indicaram mudanças, especialmente a partir de 2007 com a efetivação da IN nº 38. Até o início da década atual, a proporção de mulheres titulares de lotes alcançava 13%. Por força da Portaria do Incra nº 981, este percentual alcançou uma média de 25,6%, entre os anos de 2003 e 2006. Finalmente, com a incorporação da IN nº 38 no SIPRA, o percentual aumentou e atingiu 55,8% em 2007. Os dados disponíveis demonstram um aumento significativo de mulheres da área rural beneficiárias de programas de crédito e de reforma agrária, o que vem gerando melhoria nas condições de vida e de autonomia de milhares de mulheres.

Em março de 2008, foi lançado o Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais, uma iniciativa que visa ao fortalecimento das organizações produtivas de trabalhadoras rurais, incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização. Assim, busca-se a valorização dos princípios da economia solidária, de forma a viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e à comercialização em busca da autonomia econômica das mulheres no

meio rural. O Programa está sendo implantado prioritariamente nas áreas do Plano Social Integrado do governo federal, especialmente nos Territórios da Cidadania, cujo objetivo é superar a pobreza e as desigualdades sociais no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Até 2010, o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais deverá alcançar 60 territórios.

A mulher no exercício do poder e decisão

No cenário internacional, o Brasil, se foi um dos primeiros países a garantir os direitos políticos às mulheres, atualmente integra o grupo dos países com desempenho baixo quanto à presença de mulheres no Parlamento: 8,6% na Câmara dos Deputados e 12,3% no Senado Federal. Para alterar esse quadro o governo federal tem implementado diversas ações voltadas para ampliar a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, um dos objetivos centrais do II PNPM, destacado como um dos focos principais da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Questões como o financiamento público de campanhas, a adoção de listas fechadas e alternadas de candidaturas, discutidas no âmbito da Reforma Política, têm sido motivos de manifestações dos movimentos de mulheres, com apoio do governo federal, a exemplo da Carta ao Congresso Nacional, aprovada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em maio de 2007, e do ato público em defesa da participação feminina na reforma política, realizado em junho de 2007, promovido pelo CNDM e Bancada Feminina do Congresso Nacional e apoiado pela SPM.

Ainda neste campo, se destaca a criação do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos com o objetivo de articular ações voltadas para o empoderamento das mulheres com foco especial para uma ação unitária pela participação das mulheres na política. Integram o Fórum, representantes de instâncias de mulheres de 16 partidos políticos, das mais diversas tendências ideológicas.

Para aprofundar de maneira consistente o debate sobre o tema da participação política das mulheres nos espaços de poder e decisão, com a disseminação de informações quantitativas e qualitativas, em agosto de 2008, foi lançada a Campanha “Mais Mulheres no Poder. Eu assumo este compromisso!”, que se propõe a ser um instrumento permanente e incidir nos espaços de poder e decisão da iniciativa privada, dos poderes públicos e em áreas estratégicas da sociedade por meio de ações que promovam de maneira efetiva a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres, como determina o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Promovida em parceria com o CNDM e o Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos, um dos objetivos da Campanha, em sua primeira fase, foi a eleição de mais mulheres nos espaços legislativos e executivos municipais. Nessa primeira etapa, foi lançada uma plataforma eleitoral que elencou políticas a serem incorporadas nas plataformas de candidatas e candidatos identificados com o enfrentamento ao racismo e ao sexismo e com os princípios da igualdade e respeito à diversidade. Foram criados *Spots* de rádio que destacaram a importância da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, e colocado no ar o site www.maismulheresnopoderbrasil.com.br, que reúne informações e dados sobre o tema.

Por fim, merece destaque a recém instituição de Comissão para discutir, elaborar e encaminhar proposta de revisão da Lei 9504, de 30 de setembro de 1997, que institui cotas de, no mínimo 30% para cada um dos sexos nas candidaturas para cargos proporcionais (vereadores, deputados estaduais e deputados federais). A Comissão tem caráter tripartite e é integrada por representantes do Executivo e Legislativo, bem como de organizações da sociedade civil, tendo como tarefa discutir a atual lei de cotas e propor alterações que levem a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder.

Os direitos humanos das mulheres

No que se refere à promoção dos direitos humanos das mulheres merecem destaque as ações realizadas em prol das mulheres em situação de prisão, uma das prioridades dispostas no Pacto Nacional. Em novembro de 2008, foi lançado o Mutirão Nacional de Assistência Jurídica às Mulheres em situação de Prisão, durante videoconferência realizada com os 26 estados da federação e o Distrito Federal. O mutirão consiste na montagem, pelas Defensorias Públicas, de equipes dentro das unidades prisionais para fazer uma análise dos processos de cada mulher, acompanhar as condições de encarceramento e analisar eventual concessão de benefícios a que elas tenham direito. Resultado das resoluções definidas pelo Grupo de Trabalho Interministerial criado em junho de 2007 para analisar o sistema prisional feminino e reforça o comprometimento do governo federal com o desenvolvimento de políticas públicas para mulheres, o Mutirão irá atender, em sua primeira etapa, além de São Paulo, estado que tem cerca de 12 mil mulheres em situação de prisão, outras dez unidades da federação (Acre, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Paraná, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins). Uma Comissão Nacional foi criada para analisar os projetos e acompanhar sua implementação nos estados.

Em relação ao enfrentamento do tráfico de mulheres, em 2008 foi aprovado o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, por meio do Decreto nº 6.347, de 08 de janeiro de 2008. Neste primeiro ano de implementação do Plano, foram realizadas as seguintes ações: (i) apoio a projeto-piloto para estruturação de uma rede de atendimento e elaboração de proposta metodológica de atendimento às mulheres vítimas de tráfico de pessoas, assim como para o fortalecimento do trabalho de prevenção a partir da experiência de um Centro de Referência Especializado no Atendimento à Mulher em Fortaleza; (ii) desenvolvimento de ações de capacitação e ampliação da Rede de Atendimento à Mulher com a perspectiva do enfrentamento ao tráfico de mulheres; (iii) apoio à criação de Centros de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência nas áreas de fronteiras secas; e (iv) capacitação de todas as operadoras da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, para atendimento adequado às mulheres vítimas de tráfico e definição de fluxo de encaminhamento. Desde junho de 2008, a Central de Atendimento à Mulher – ligue 180 passou a atender também os casos referentes ao tráfico de pessoas.

A mulher e os meios de comunicação

No II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres foi introduzido um capítulo específico com o objetivo de promover políticas que gerem mudanças nos processos de construção de relações assimétricas de poder a partir dos campos de cultura e comunicação. As políticas de promoção da igualdade passam, portanto, a ter que considerar, necessariamente, as dimensões da cultura, da comunicação e da mídia em suas estratégias de valorização das diversidades e erradicação das discriminações de gênero, raça/etnia, orientação sexual, geração, região, entre outras.

Além das ações estabelecidas no II PNPM, no sentido de combater os estereótipos de gênero e promover uma imagem positiva das mulheres nos meios de comunicação, desde 2004, a SPM, em parceria com o Instituto Patrícia Galvão, tem realizado os seminários “A Mulher e a Mídia”. Esses encontros têm proporcionado diversas reflexões sobre o comportamento da mídia brasileira e latino-americana em relação às mulheres e têm contado com a participação de profissionais qualificadas na área de comunicação. Em 2008, foi realizada a quinta edição do Seminário, que reuniu cerca de 250 participantes de diferentes regiões do país. Como 2008 foi ano de eleições municipais, o seminário centrou seus debates no enfoque dado à questão de gênero nas eleições, seja do ponto de vista das candidatas mulheres, seja do ponto de vista de candidatos e candidatas que incorporam em suas

plataformas a temática de gênero. O seminário tem contribuído para melhorar o enfoque do debate que envolve as mulheres e sua imagem e participação na mídia.

No ano de 2009, foi lançado o Observatório Brasil para a Igualdade de Gênero com a missão de subsidiar a formulação e o aperfeiçoamento de políticas de gênero e de políticas públicas em geral, tanto no nível federal, quanto nos níveis estadual e municipal. Trata-se de uma iniciativa da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República que, em parceria com outras instituições públicas e com organismos internacionais e organizações da sociedade civil, pretende dar visibilidade e fortalecer as ações do Estado Brasileiro para a promoção da igualdade de gênero. O Observatório é composto por cinco grupos de trabalho em áreas estratégicas: indicadores, políticas públicas, legislação e legislativo, área internacional e comunicação e mídia. Este será fundamental para fortalecer o monitoramento da imagem estereotipada veiculada pela mídia sobre as mulheres, assim como para promover ações que incentivem comportamentos e atitudes que não reproduzam conteúdos discriminatórios e que valorizem as mulheres em toda a sua diversidade, nos veículos de comunicação.

A mulher e o meio ambiente

A II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres reconheceu, como um dos eixos prioritários de intervenção pública na área de promoção da igualdade de gênero, a questão do desenvolvimento sustentável na perspectiva de gênero e a conseqüente ampliação da justiça ambiental. Foram aprovadas algumas prioridades relacionadas à necessidade da universalização do direito a terra e à água, da garantia da segurança alimentar e de uma educação ambiental que inclua ações de capacitação para o controle social, sempre na perspectiva de se garantir visibilidade e reconhecimento à contribuição das mulheres em todos estes espaços, bem como o respeito às diversidades étnico-raciais, de orientação sexual, geracionais, entre outras. Como resultado destas demandas, originadas especialmente dos movimentos sociais feministas, de mulheres e ambientalistas e de instâncias do governo federal envolvidas com o tema, aprovou-se na II Conferência a formatação de um novo capítulo que tratasse exclusivamente da temática.

Alguns marcos internacionais significativos balizam o desenvolvimento de ações nesta área. Os acordos e convenções nacionais e internacionais assinados e ratificados pelo Brasil já traziam em seus dispositivos a preocupação em se garantir a participação das mulheres em condições de equidade na construção de novos modelos de desenvolvimento sustentável. Neste sentido, é uma das diretrizes do II PNPM a promoção da incorporação da perspectiva de gênero nas políticas ambientais e de segurança alimentar, favorecendo o desenvolvimento sustentável.

A menina

Vale ressaltar que um dos novos eixos introduzidos no II PNPM foi a transversalidade da questão geracional nas políticas voltadas para as mulheres. Isto significa que em todo o processo de formulação, implementação e avaliação das políticas, as demandas específicas de mulheres das mais diversas fases etárias – meninas, jovens, adultas e idosas – devem ser reconhecidas e consideradas.

Na área da exploração sexual de meninas, adolescentes e jovens, foi realizado o II Seminário Nacional Interdisciplinar sobre Violência contra a Mulher Adolescente/Jovem, em Brasília, em agosto de 2007. Promovido pela SPM em parceria com o Ministério da Saúde e a Secretaria Especial de Direitos Humanos, o evento discutiu as diferentes possibilidades de se considerar um recorte geracional nas políticas de enfrentamento da violência, particularmente no caso da exploração sexual. A prioridade da SPM, para os próximos anos, será capacitar profissionais de saúde, de assistência social, psicólogos e conselhos tutelares, entre outros

para que sejam formados multiplicadores aptos a lidar com esta temática. Para tanto, a SPM lançou no Seminário a publicação “Mulher Adolescente/Jovem em Situação de Violência – Propostas de Intervenção para o Setor Saúde; Módulos de Auto-Aprendizagem”, que se configura em ferramenta útil para o desenvolvimento de tais políticas. As primeiras capacitações já foram realizadas neste ano de 2007 em 9 estados do país (Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Espírito Santo, Acre, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Pará), e envolveram cerca de 500 profissionais de saúde que avaliaram positivamente a qualidade da metodologia proposta e a importância do debate sobre este tema.

Terceira parte: Desenvolvimento institucional

O governo brasileiro conta, na atualidade, com diversos mecanismos institucionais voltados específica ou primordialmente para a promoção da igualdade entre homens e mulheres. O principal deles é, certamente, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres que, vinculada diretamente à Presidência da República e com *status* de ministério, tem como principal finalidade assegurar que a perspectiva de gênero esteja presente transversalmente nos setores que atuem no interesse da construção da democracia e do desenvolvimento social. É atribuída a SPM a responsabilidade de coordenar, junto aos demais setores do Estado, o esforço de incluir e considerar em todo o processo de elaboração, implementação e execução das políticas públicas, as demandas, necessidades e potencialidades das mulheres.

Desde sua criação, em 2003, a Secretaria ampliou significativamente suas funções e, conseqüentemente, os recursos disponíveis para a execução de suas tarefas. O maior espaço ocupado pela SPM e pelos temas relacionados a gênero/mulheres se deve a um conjunto de importantes avanços alcançados nos últimos anos, em especial ao lançamento do I e do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; à promulgação da Lei Maria da Penha; à crescente preocupação em produzir dados e indicadores que orientem a formulação, monitoramento e a avaliação de políticas públicas e possibilitem o exercício do controle social; ao lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

A ampliação deste mandato acarretou, por seu turno, um aumento significativo no orçamento da Secretaria, confirmando, mais uma vez, o compromisso do governo federal com o tema de gênero e políticas para as mulheres. Entre 2003 e 2009, os recursos destinados à SPM foram ampliados em 215%, passando de um total de R\$ 24 milhões para pouco mais de R\$ 76 milhões.

É importante reafirmar que a criação da Secretaria não desobrigou os demais ministérios a persistirem na busca da incorporação das perspectivas de gênero e raça/etnia na definição e execução de suas políticas. A criação de órgãos específicos para tratar de questões transversais não representa uma alternativa à atuação dos órgãos setoriais, uma vez que sua função principal é garantir a inclusão de tais temáticas no conjunto das políticas públicas, cabendo aos órgãos setoriais executar diretamente as ações sob sua responsabilidade e efetivar o princípio da transversalidade.

O resultado máximo deste princípio e da integração entre os diversos setores do governo encontra-se nos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres. Enquanto o I PNPM trazia um conjunto de 199 ações, distribuídas em cinco eixos estratégicos, a serem executadas por doze ministérios e secretarias especiais, o II Plano foi ampliado para 388 ações, em 11 onze eixos, envolvendo 22 órgãos em sua execução.

Para viabilizar a gestão, bem como o monitoramento, avaliação e controle social do PNPM foram criados alguns instrumentos de articulação com os diferentes ministérios e secretarias responsáveis pela execução das ações previstas no Plano. Uma primeira e

fundamental iniciativa foi a instalação do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano que tem como atribuições: i) estabelecer a metodologia de acompanhamento do PNPM; ii) apoiar, incentivar e subsidiar tecnicamente a implementação do Plano nos estados e municípios; iii) acompanhar e avaliar as atividades de implementação do PNPM; iv) promover a difusão do Plano; v) efetuar ajustes de metas, prioridades e ações do Plano; vi) elaborar relatório anual de acompanhamento; e vii) encaminhar o relatório ao CNDM e à Câmara de Políticas Sociais.

O Comitê é, atualmente, composto por: a) um/a representante de cada órgão diretamente envolvido na implementação do PNPM; b) três representantes da sociedade civil, eleitas entre as conselheiras do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; e c) dois/duas representantes de organismos estaduais de políticas para as mulheres e dois/duas de organismos municipais.

Ressalte-se, ainda, que o regimento do Comitê prevê a constituição de grupos de trabalho e câmaras técnicas com a função de colaborar para o cumprimento de suas atribuições, sistematizar informações e elaborar relatórios sobre temáticas específicas. A partir desta definição, foi instituída a Câmara Técnica de Monitoramento da Implementação do Pacto Nacional de Políticas para as Mulheres e será instalado, em breve, Grupo de Trabalho para elaboração de proposta de implementação das ações do capítulo de enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia do II PNPM, com participação da sociedade civil e de alguns órgãos do governo federal.

O Comitê conta com o suporte do Sistema de Monitoramento e Avaliação do PNPM, criado com o objetivo de estabelecer um fluxo mais confiável e menos burocrático das informações, de modo a assegurar a integridade e veracidade dos dados e a produção sistemática de material para subsidiar o acompanhamento da execução do Plano. Esta ferramenta é fundamental para oferecer o apoio necessário ao processo decisório, bem como para garantir a transparência da implementação das ações e dos resultados alcançados. O Sistema está disponível na *homepage* da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e pode ser acessado por toda a sociedade – www.spmulheres.gov.br.

A partir do lançamento do I PNPM, começaram a surgir instâncias responsáveis pelo desenvolvimento e monitoramento de ações no âmbito dos mais diversos ministérios setoriais. Tais mecanismos têm por objetivo articular internamente para a elaboração e monitoramento de políticas na área e também funcionam, em alguns casos, como espaços de promoção da igualdade de gênero dentro dos próprios ministérios. Ministérios como o do Desenvolvimento Agrário, Minas e Energia, Trabalho e Emprego e Meio Ambiente já contam com tais institucionalidades que, apesar de serem bastante heterogêneas entre si¹¹, em muito contribuem para o avanço das políticas de gênero nos diversos setores. Dada a relevância destes espaços, o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero irá realizar, em 2009, um mapeamento da criação dos comitês de gênero dentro do governo federal, com o objetivo de avaliar as experiências e retirar lições para aprimorar e incentivar a criação de outros mecanismos semelhantes.

Para além destes instrumentos, é fundamental mobilizar recursos humanos e financeiros, não apenas no nível federal, mas também em estados e municípios, como uma estratégia de garantia da concretização do Plano Nacional na realidade local e de promoção da transversalização de gênero nas políticas de modo mais amplo. Este processo, ao qual se tem denominado transversalização vertical, surge do entendimento de que, nas esferas estaduais e municipais, o interlocutor natural dos órgãos setoriais há de ser o organismo responsável pela condução de políticas de gênero – ele mesmo um mediador dos interesses e demandas da sociedade civil, representada pelos movimentos feministas e de mulheres, no âmbito do poder

¹¹ Não há uniformidade quanto a existência de dotação orçamentária ou equipe exclusiva para trabalhar nos comitês ou mecanismos semelhantes, nem em relação aos objetivos principais e formas de funcionamento.

público. Este organismo, portanto, constitui um elo fundamental da relação entre o Estado e a sociedade, no que tange às políticas de promoção da igualdade de gênero e da defesa dos direitos das mulheres.

A estratégia para tanto tem sido o fortalecimento das instâncias de implementação de políticas públicas nos demais entes da federação e o estímulo à construção de Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres que garantam o atendimento das demandas encaminhadas à Conferência Nacional. Esta iniciativa foi acompanhada da decisão de garantir, no próprio orçamento da SPM os recursos necessários ao apoio àqueles organismos. Estes, representados por Secretarias, Coordenadorias ou Núcleos, passaram de um total de 13 para 233, no período de 2003 a 2009, sendo 20 estaduais e 213 municipais. Importante mencionar, ainda, que a SPM promove, semestralmente, reuniões nacionais do Fórum de Mecanismos Governamentais de Políticas para as Mulheres que conta com a participação de todas as coordenadorias/secretarias de políticas para as mulheres de estados e municípios. O Fórum – que, desde 2007, conta também com reuniões regionais – representa outro espaço importante para esta articulação vertical e para a difusão de informações e deliberações definidas no âmbito do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM.

Participação Social

Os movimentos feministas e de mulheres agregaram, ao longo da história, novos valores, discursos e práticas, apontando a necessidade de que a democracia fosse afirmada em todas as relações sociais e não apenas no espaço público, mas também no privado. Paralelamente, tornaram públicos fenômenos até então considerados pessoais, transformando-os em objeto de demandas por nova legislação e políticas públicas.

Como resultado de toda essa mobilização, em 1985, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, vinculado ao Ministério da Justiça. Os Conselhos são instâncias da maior relevância na medida em que constituem espaços de controle social e de interlocução da sociedade civil organizada e de lideranças expressivas com os governos, via suas respectivas representações. A criação dos conselhos de direitos – de caráter facultativo em cada administração estadual e municipal – tem sido uma bandeira dos movimentos feministas e de mulheres e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres tem se empenhado em apoiar a criação, a reforma e o reaparelhamento de tais instâncias no nível local. Atualmente, contabilizam-se 25 conselhos estaduais e 211 conselhos municipais¹².

Para possibilitar maior autonomia do CNDM em relação à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e maior celeridade na execução de suas iniciativas, o Conselho passou a contar, a partir de 2008 e de forma inédita, com um orçamento próprio. Esta dotação orçamentária se efetivou por meio da incorporação de uma ação no Plano Plurianual da SPM assegurando recursos da ordem de R\$ 1,7 milhão para o período de 2008 a 2011. O Conselho conta também com uma equipe de três servidoras de dedicação exclusiva, além de utilizar-se de toda a estrutura administrativa ofertada pela SPM.

Não há dúvida que os recursos disponíveis para o funcionamento do CNDM são ainda insuficientes, o que se espera minimizar com a ampliação do quadro de pessoal disponível para a Secretaria¹³. No entanto, tal fato não impediu que, nos últimos anos, o CNDM fosse bastante atuante na sua articulação com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de modo a incidir nos processos de formulação e implementação das políticas públicas. Como exemplos disto, cabe mencionar a participação do Conselho, por meio da aprovação de moções nas reuniões ordinárias, nos debates acerca de temas importantes, tais como Reforma

¹² Referem-se aos conselhos municipais com os quais a SPM mantém algum tipo de contato, podendo ser um número ainda maior.

¹³ Tal realidade, com raras exceções, tende a se repetir para os conselhos estaduais e municipais que carecem da estrutura necessária, funcionando com pouquíssimos recursos e escassez de pessoal.

Política, Campanha do Desarmamento, Acesso a creches, Trabalho Doméstico, Revisão da Legislação do Aborto, Tráfico de Pessoas, Feminização da Aids e Mulheres em Situação de Prisão, bem como nos processos de construção da I e II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), de elaboração do I e II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) e de discussão da Lei Maria da Penha no âmbito do governo e do Congresso Nacional.

Além dos Conselhos, e de forma norteadora para a formulação e implementação de políticas públicas, destacam-se as Conferências Nacionais, que produzem subsídios para a elaboração dos Planos Nacionais correspondentes. As Conferências Nacionais são chamadas pelo poder público com regularidade, sendo precedidas por conferências municipais e estaduais. A sua instauração é um processo privilegiado de mobilização para o debate, de realização de sínteses e de estabelecimento de acordos, consensos e compromissos.

A partir das discussões travadas na II CNPM, foi construído o II PNPM, com um escopo mais abrangente em função da introdução de novos eixos estratégicos. É importante destacar que foi ampliada a representação da sociedade civil no âmbito do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, passando de um para três o número de representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Além disso, como convidadas, estiveram presentes às reuniões de elaboração do II Plano, representantes dos movimentos de mulheres negras e de mulheres jovens. Em termos objetivos, isto significa a permeabilidade de uma teia de relações que aproxima governo e sociedade, reconhecendo e unificando as interfaces dos movimentos sociais nos seus diferentes segmentos.

Os processos de construção do I e II PNPM explicitam, portanto, a adoção da transparência das ações governamentais como um princípio e o diálogo como forma legítima de condução das relações entre o Estado e a sociedade, decorrendo daí a instituição de canais de participação da sociedade no processo de planejamento, formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas. As Conferências Nacionais, realizadas não só pela SPM, mas também pelos mais diferentes setores do governo federal, constituem os exemplos mais significativos dos avanços observados nessas relações nos últimos anos. Com isto, reafirmou-se um modelo de gestão solidária e compartilhada, de permanente diálogo com os movimentos e setores sociais. O objetivo é que as políticas para as mulheres sejam efetivamente implementadas e que o Plano Nacional seja um instrumento de monitoramento apropriado pelas instâncias de controle social, fortalecendo assim a democracia brasileira.

Produção e Análise de Indicadores

No Brasil, vem se ampliando cada vez mais a produção de indicadores que permitem analisar as desigualdades de gênero e sua evolução ao longo dos anos. As estatísticas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são antigas e, ainda que não completas, bastante amplas em termos de temas cobertos. As principais publicações do IBGE já trazem, atualmente, ou seções específicas para apresentar dados sobre as mulheres ou análises com o viés de gênero em textos setoriais. Com isso, têm-se, anualmente, importantes informações oficiais sobre a situação da mulher e/ou das desigualdades de gênero em campos como mercado de trabalho, educação, fecundidade, estrutura familiar, entre outros.

De fato, muito já se avançou em termos da coleta e análise de dados e indicadores a partir de um olhar que privilegia a dimensão de gênero ou as temáticas específicas das mulheres. O próprio IBGE, enquanto órgão produtor das estatísticas oficiais do país, convida, continuamente, a SPM para discutir as reformulações que vem realizando em seu sistema de pesquisas e as possibilidades de incorporação de novas demandas nas atuais ou em novas pesquisas por ele conduzidas. São resultados dessa parceria, entre outros: i) implementação do Sistema Nacional de Informações em Gênero (SNIG), que contém dados dos Censos de 1991 e de 2000 e permite o estabelecimento de indicadores sob a ótica de gênero e cor/raça; b)

incorporação de um bloco sobre “Políticas de Gênero” na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) do IBGE, que irá a campo em 2009 e se refere à inclusão de perguntas que permitirão identificar, em todos os municípios brasileiros, a existência de organismos de políticas e de defesa dos direitos das mulheres, e de serviços que compõem a Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência; e c) lançamento de três edições da publicação “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça”, também em parceria com Ipea e Unifem, cujo objetivo é disponibilizar aos gestores e ao grande público indicadores de gênero e raça/cor que cobrem onze áreas temáticas em uma série histórica que abarca o período de 1993 a 2007.

No entanto, muito ainda há que ser feito. A inclusão de um quesito sexo nos formulários das pesquisas oficiais, mesmo extremamente importante, não é suficiente para refletir todas as formas pelas quais as desigualdades se manifestam. Assim, outros temas ainda insuficientemente considerados no plano de pesquisas desenvolvidas periodicamente pelos órgãos oficiais de estatística são também de grande relevância. Destaque-se, em especial, a questão da violência contra as mulheres e do uso do tempo.

No campo da violência doméstica poucos são os dados disponíveis para o planejamento da atuação estatal. As estatísticas hoje existentes que permitem mensurar – mesmo que preliminarmente – a dimensão do fenômeno são oriundas de estudos pontuais, desenvolvidos por organizações não-governamentais ou institutos de pesquisa de governos sub-nacionais que não produzem, portanto, dados com cobertura mais ampla, necessários para a atuação dos órgãos federais. Por outro lado, as discussões sobre a forma como homens e mulheres usam diferentemente o seu tempo têm ganhado cada vez mais força no cenário internacional. O IBGE já incorporou, na PNAD, duas questões que permitem desenhar um quadro inicial das desigualdades de gênero no uso do tempo. Sem desconsiderar a importância deste primeiro passo, faz-se necessário trabalhar a partir de pesquisas mais detalhadas e completas na construção de políticas públicas, a exemplo do que vêm ocorrendo em outros países.

Considerando-se a necessidade de monitorar e avaliar as demandas de informações estatísticas e de produzir estudos que nos permitam avançar na produção de indicadores como os de gênero e uso do tempo, foi instituído, em setembro de 2008, o Comitê de Estudos de Gênero e Uso do Tempo. É objetivo do Comitê “estimular a incorporação da perspectiva de gênero na produção e análise de informações” e são suas atribuições, entre outras: i) promover a realização de estudos e pesquisas e o desenvolvimento de sistemas de informações estatísticas de gênero e uso do tempo para a implementação de políticas orientadas para a igualdade de gênero; e ii) fomentar a elaboração de indicadores sobre as relações de gênero e uso do tempo. O Comitê é composto por representantes da SPM, que o coordena, do IBGE e do Ipea. São convidados permanentes do Comitê o Unifem e a OIT.

Quarta parte: Problemas que persistem e medidas para afrontá-los

As políticas para as mulheres até o momento implementadas têm impactado positivamente a vida das brasileiras e dos brasileiros, mas sérios problemas ainda persistem e são necessárias medidas fortes e efetivas para enfrentá-los.

Ainda que o orçamento da SPM venha crescendo, é evidente que tal montante não é suficiente para dar concretude às necessidades de ações e intervenções do Estado na área. Porém, é importante lembrar que as ações do governo federal, voltadas para a promoção da igualdade de gênero e para a autonomia das mulheres estão dispersas em diversos ministérios e secretarias, dando concretude ao princípio da transversalidade de gênero nas políticas, o que significa que o orçamento da SPM não equivale a todo o orçamento destinado a tal temática.

Até o lançamento do II PNPM não havia qualquer estimativa oficial do montante de recursos direcionado às mulheres ou às políticas de igualdade de gênero, o que gerava uma associação direta entre “orçamento-mulher” e orçamento da Secretaria. Com o II Plano, porém, torna-se finalmente possível estimar estes valores, que atingem um total de R\$ 17 bilhões¹⁴, para os anos de 2008 a 2011, a serem investidos pelo conjunto de órgãos envolvidos na implementação do PNPM. Importante considerar que esta é uma primeira estimativa, ainda passível de muitos aprimoramentos metodológicos.

Além do aumento de recursos orçamentários, a SPM também irá contar, a partir de 2009, com uma ampliação expressiva de seu quadro de pessoal. Para tanto, será realizado concurso para provimento de cargos temporários¹⁵ para a Secretaria, o que representa um aumento de cerca de 50% da sua força de trabalho e possibilitará, sem dúvida, uma melhor execução das ações e programas planejados. Ademais, vem sendo discutida a proposta de criação do Ministério das Mulheres, o que representará ampliação substantiva e sustentada do quadro de pessoal, uma vez que se poderá dispor, em médio prazo, de um quadro efetivo. A transformação da Secretaria em Ministério também poderá resultar em acréscimo orçamentário e fortalecimento da atuação política a nível federal, estadual e municipal.

Com o propósito de preencher algumas das lacunas existentes em relação à produção de dados com viés de gênero, o Comitê de Gênero e Uso do Tempo tem como principais linhas de ação para os próximos dois anos: i) Avaliação dos registros administrativos dos diversos órgãos do governo federal: iniciada em 2009 com o objetivo de aprimorar a coleta de informações com a perspectiva de gênero nestes espaços; ii) Pesquisa sobre uso do tempo em uma perspectiva de gênero: será realizado, ainda em 2009, um piloto de pesquisa de uso do tempo no corpo do teste de metodologia da nova PNAD contínua; e iii) Pesquisas sobre violência contra as mulheres: serão priorizadas as seguintes iniciativas nesta área: a) realização de pesquisa de vitimização, conduzida pelo Ministério da Justiça, com um bloco específico para investigação da violência contra as mulheres; b) realização, pela SPM e pelo IBGE, de pesquisa telefônica junto às mulheres que denunciam situações de violência na Central de Atendimento à Mulher, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o fenômeno da violência; e c) elaboração de projeto de pesquisa domiciliar de violência contra as mulheres de caráter nacional para ir a campo em 2011, após a realização do Censo Domiciliar de 2010, no qual estejam apontadas propostas de metodologia e de questionário para aplicação.

Outra importante iniciativa nesta área – e que contribuirá para a maior e melhor produção de informações sobre mulheres e igualdade de gênero – foi a instituição do Grupo de Trabalho (GT) sobre Indicadores no âmbito do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Coordenado pela SPM e composto por IBGE, Ipea, organismos internacionais, ministérios setoriais e organizações de pesquisa autônomas, o GT tem por objetivo avaliar a implementação das políticas públicas, bem como construir diagnósticos mais amplos e análises mais precisas sobre a natureza das desigualdades de gênero e sobre as várias formas como essa dimensão intersecta-se com as de raça/etnia, classe social, orientação sexual, geração, entre outras.

¹⁴ Em função das dificuldades de construção deste orçamento, o mesmo foi dividido em dois subtotaís. O primeiro deles refere-se àqueles recursos estritamente direcionados às ações previstas no Plano, ou seja, traz os ministérios e secretarias que contam com capacidade de estimação dos valores específicos a serem alocados em políticas de gênero e/ou para mulheres. Para este primeiro subtotal, o montante de recursos alocado é de R\$ 7,1 bilhões. Já no segundo subtotal, estão aqueles ministérios que, dadas as dificuldades de desagregação dos recursos de programas de caráter universal, não conseguiram, neste primeiro momento, definir recursos específicos. Neste caso, encontram-se os R\$ 10 bilhões restantes.

¹⁵ Por ser vinculada à Presidência da República, a SPM não pode contar com cargos permanentes. Tal limitador poderá ser alterado em uma eventual transformação da Secretaria em Ministério.

São atividades do GT de Indicadores: a) criação e manutenção de banco de metadados; b) construção de um conjunto de indicadores relacionados a macro-problemas da área da igualdade de gênero, bem como de suas causas; c) criação de banco de estudos, pesquisas e informações; d) condução de estudos e pesquisas que dêem visibilidade às desigualdades de gênero na ocupação de espaços de poder, que responde ao foco temático do Observatório para o ano de 2009; e e) articulação com as instâncias internacionais de produção de dados e indicadores com o objetivo de obter e produzir informações sobre a questão de gênero no mundo.

A parceria estabelecida entre SPM, IBGE e demais órgãos na produção e análise de indicadores, deixará uma valiosa contribuição para todos e todas que se comprometem com a promoção da igualdade de gênero em nosso país. Para o governo federal, porque possibilitará a produção de informações úteis e inéditas para a tomada de decisões técnicas e políticas quanto à formulação, monitoramento e avaliação das intervenções públicas. E para a sociedade civil, pois fortalecerá o controle social e a transparência das ações do Estado, possibilitando o acompanhamento do impacto das ações por ele desenvolvidas.

É preciso destacar que a formação e a capacitação de agentes públicos nas questões de gênero, raça/etnia e direitos humanos tem se revelado uma estratégia fundamental para garantir uma adequada gestão da transversalidade de tais temáticas no campo das políticas públicas. Entendendo esta estratégia como uma ação de fortalecimento institucional para o governo federal, a SPM tem investido na formação de gestores e equipes técnicas, por meio de programas de capacitação e articulação com as escolas de governo para que atendam às novas exigências das ações transversais e sensibilizem os beneficiários para o significado das novas práticas e os novos conceitos que as embasam. Em parceria com organismos internacionais, está prevista a replicação de cursos já efetivados no âmbito federal também para gestores estaduais e municipais como forma de fortalecer a incorporação das dimensões de gênero, raça/etnia e direitos humanos entre os executores da política na ponta.

Uma importante iniciativa da SPM para fortalecer o monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e ampliar a eficácia e eficiência das ações desenvolvidas foi o lançamento, em março de 2009, do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, disponível no site www.observatoriodegenero.gov.br. Fruto de parceria da SPM com outras instituições públicas, com organismos internacionais e organizações da sociedade civil, tem como missão subsidiar a formulação e o aperfeiçoamento de políticas de gênero e de políticas públicas em geral, tanto no nível federal, quanto nos níveis estadual e municipal para o maior controle social da transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas e na estrutura governamental e para a ampliação do diálogo regional e internacional em termos de avanços e desafios em direção à maior igualdade de gênero. O conteúdo destina-se aos/as gestores/as públicos/as, aos representantes políticos, a autoridades de partidos políticos, aos sindicatos, aos movimentos e organizações da sociedade civil, e em particular aos movimentos e às organizações feministas e de mulheres, assim como aos centros de produção de conhecimento e às universidades.

O Observatório desenvolve suas iniciativas de monitoramento a partir de cinco grandes eixos: a) Indicadores: cujo objetivo é a construção e o monitoramento de indicadores de gênero; b) Políticas Públicas: para monitorar e analisar a implementação das políticas voltadas à redução das assimetrias de gênero e à promoção dos direitos das mulheres; c) Legislação e Legislativo: para promover o acompanhamento e o monitoramento de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional e de leis já em implementação junto ao Judiciário e ao Executivo; d) Comunicação e Mídia: para monitorar a mídia em relação aos temas mulheres e gênero; e e) Internacional: acompanhamento da participação do Brasil em instâncias internacionais de promoção dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero, bem como estabelecimento de diálogo e intercâmbio com o Observatório de Gênero da

América Latina e do Caribe desenvolvido pela CEPAL. Em seu primeiro ano de funcionamento, o monitoramento tem como foco o tema “Mulheres, Poder e Decisão”.

Como marco do lançamento do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero foi realizada uma pesquisa pelo IBOPE/Instituto Patrícia Galvão/Cultura Data, com o apoio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. A pesquisa identificou que 75% da população brasileira é favorável à adoção de cotas para mulheres na política e 86% apóiam a punição dos partidos políticos que não cumprem a atual legislação de reserva de vagas(30) de candidaturas para mulheres.

Ainda no âmbito do Observatório, foi criado, em março de 2009, um Grupo de Trabalho (GT) para monitorar os impactos da crise econômica internacional na vida das mulheres, em especial, os impactos na participação feminina no mercado de trabalho brasileiro, com foco na sua presença na economia informal e no trabalho doméstico. O GT, que conta com a participação da SPM – na condição de coordenadora –, da OIT, do IPEA e do IBGE, irá produzir periodicamente textos e análises críticas sobre o tema da crise, além de publicar mensalmente relatório com indicadores que permitam um monitoramento constante das taxas de participação das mulheres no mercado de trabalho.

O grande salto que precisamos dar é aumentar a escala das políticas implementadas, fazendo com que estas cheguem de maneira massiva às mulheres brasileiras. Mudar a forma da gestão pública das políticas em nosso país é outro dos grandes desafios colocados para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que vem se empenhando no sentido de promover a melhoria do instrumental que apóia a formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero.

Nesta perspectiva, destacam-se iniciativas junto a diferentes setores para a inclusão dos dados relativos a sexo, raça/cor e etnia em todos os cadastros e registros administrativos que alimentam a produção de indicadores para as referidas políticas públicas; da mesma forma, pretendemos ampliar e aprimorar as informações e indicadores que dão suporte ao processo decisório, constituindo instâncias de discussão qualificada (como o Comitê Técnico, junto ao IBGE, com a parceria de outras instituições) e participando de diferentes eventos, nacionais e internacionais, com a mesma finalidade.

A garantia da existência de recursos orçamentários para o cumprimento das prioridades e metas pactuadas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres também se inscreve no conjunto de desafios que a SPM enfrenta, na sua condição de coordenadora do processo de inserção do enfoque de gênero nas políticas públicas.